

**PROGRAMA DE EXTENSÃO ALFABETIZAÇÃO E LEITURA:
INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
NA FORMAÇÃO DOCENTE**

***PROGRAMA DE EXTENSÃO ALFABETIZAÇÃO E LEITURA:
INDISOCIABILITY OF TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION IN
TEACHER EDUCATION***

Dayala Paiva de Medeiros Vargens¹
Michel Marques de Faria²

RESUMO

No presente artigo, partimos de nossa prática no Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (PROALE), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, para refletir sobre a extensão enquanto componente essencial do tripé universitário e a sua contribuição específica na formação de futuros professores. Realizamos considerações sobre a tríade acadêmica, focalizando a extensão e seus múltiplos papéis e buscamos tecer comentários sobre os seus impactos para além dos muros universitários

Palavras-chaves: Extensão universitária; Universidade; Formação de professores

ABSTRACT

In this article, we start from our practice in the Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (PROALE), linked to the Faculty of Education of the Fluminense Federal University, to reflect on the extension as an essential component of the university tripod and its specific contribution in the formation of future teachers. We consider the academic triad, focusing on extension and its multiple role, and seek to comment on its impacts beyond university walls.

Keywords: *University extension; University; Teacher education*

¹ Atualmente é Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. É Coordenadora do Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (PROALE) e Coordenadora Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-UFF. Doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: dayalavargens@gmail.com

² Atualmente é Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Letras - Português e Língua Estrangeira Italiana pela Universidade Federal Fluminense. É extensionista da Universidade Federal Fluminense participando como colaborador do Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (PROALE) e do Programa de Extensão Laboratório de Letramentos Acadêmicos (LabLA), ambos vinculados à Faculdade de Educação da UFF. E-mail: michelmarques@id.uff.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce da vivência no âmbito da extensão universitária, mais especificamente, no Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (PROALE), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Com mais de 26 anos de existência e possuidor de um acervo de, aproximadamente, 13.000 livros e em torno de 1.140 usuários cadastrados, temos aqui alguns dados que caracterizam o PROALE e a sua expressividade na Universidade Federal Fluminense e no seu entorno. Vale lembrar que o programa concentra hoje o acervo mais numeroso em literatura infantojuvenil da região em que está situado.

Nosso objetivo neste artigo vai além da necessidade de compartilhar nossa trajetória na prática extensionista no formato de um relato. Todavia, queremos mostrar como a extensão, enquanto prática indissociável do ensino e da pesquisa da universidade, define-se como um espaço importante para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação por meio do diálogo que se estabelece com a sociedade.

Partimos das experiências extensionistas no PROALE, que abarcam ações muito diversificadas (cursos, palestras, oficinas, publicações etc.) e são norteadas pela indissociabilidade dos pilares ensino-pesquisa-extensão. Os temas basilares das ações promovidas pelo Programa estão direcionados à formação de professores atuantes na escola e tratam de questões ainda desafiadoras à educação linguística e literária nos dias de hoje, tais como: a alfabetização, os multiletramentos, as práticas de leitura e de escrita e a leitura literária. Para dar visibilidade às ações realizadas ininterruptamente, o PROALE também dispõe de uma revista, intitulada “Sede de Ler”³. Ela é um dos meios utilizados para reunir a memória do Programa e, principalmente, viabilizar a divulgação dos relatos de suas ações à comunidade.

Quanto ao uso do acervo de 13.000 livros, que inclui alguns livros teóricos da área de educação, de linguagem e de literatura, mas, predominantemente literatura para crianças e jovens, sua finalidade principal é oferecer, aos professores envolvidos nas ações do PROALE

³ As edições da revista são disponibilizadas para acesso pela internet e estão reunidas no endereço: <http://periodicos.uff.br/sededeler/index>

e também aos licenciandos da UFF, o empréstimo de livros durante todo o ano letivo, e inclusive, em alguns dias das férias escolares. Uma boa parcela dos usuários do acervo bibliográfico do PROALE é proveniente do Curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil do Instituto de Letras da UFF, cujos alunos recorrem frequentemente ao programa para terem acesso aos livros que fazem parte do material de consulta e de fonte para as suas pesquisas.

Com o intuito de ressaltar o diálogo entre a universidade pública e o seu público interno e externo que se dá mediante as ações extensionistas, neste artigo, tomaremos como caso o PROALE, que, fundado em 1991, é um dos programas de extensão mais antigos na Faculdade de Educação da UFF e que desde então realiza um conjunto de ações organizadas pelos professores da UFF e convidados externos, pesquisadores do campo da educação, dos estudos literários e das ciências da linguagem. Não podemos deixar de citar que o PROALE mantém suas ações de extensão gratuitas, corroborando o compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa posição reafirma o engajamento da extensão em seu propósito social, uma vez que possibilita ampliar as oportunidades de participação da sociedade nas ações desenvolvidas pela universidade.

2. A TRÍADE ACADÊMICA: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO

Para os estudiosos e os que vivem o cotidiano da universidade pública, acreditamos que o título desta seção designa o principal sustento e, ao mesmo tempo, o maior desafio das nossas práticas. São justamente esses três pilares – ensino, pesquisa e extensão – que estabelecem a base da universidade pública brasileira: um não existe plenamente sem outro e os três são vitais para a sua caracterização.

A referida indissociabilidade dessa tríade é defendida em uma série de documentos oficiais, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o Plano Nacional de Educação, etc. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, preceitua-se que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e **obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre**

ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2018, Art. 207, grifo nosso). Ou seja, já é um indicativo de nosso poder constituinte originário⁴ de que a existência de uma universidade⁵ se dá na coexistência entre ensino, pesquisa e extensão e que estes não podem dissociar-se. Importante salientar que para Mário Puhl, “o princípio não é estático, absoluto e imutável. É uma referência constituída que baliza, orienta, guia a ação a ser empreendida. É um ponto de partida ou fundamento de um processo qualquer” (PUHL, 2016, p. 224). Assim, mesmo sendo um princípio que pode ser modificado a qualquer momento por outros legisladores, o que temos visto nas instituições é que o princípio da indissociabilidade atua como norteador para o desenvolvimento das universidades.

De acordo com Pollyana Silva (2008),

[...] o princípio da indissociabilidade do ensino superior deixa evidente que essa instância da educação diferencia-se porque nela o docente deve produzir conhecimento e o transmitir para seus alunos por meio do ensino, aprimorando os conhecimentos existentes e produzindo novos conhecimentos por intermédio da pesquisa. Entretanto, esse conhecimento não deve ser privilégio apenas da minoria que foi selecionada no vestibular, mas difundido para a comunidade local, conforme os interesses da mesma, através de projetos de natureza extensionista. (SILVA, 2008, p. 45).

91

Ou seja, a extensão é o que chamaremos de braço da universidade direcionado à sociedade como um todo. Se, por motivos diversos, o número de vagas para estudantes nas universidades é mínimo diante da grande procura e poucos são os que têm acesso ao ensino superior público, então, a pesquisa e a extensão funcionarão como um, ou melhor, serão o braço da universidade estendido à sociedade. A rigor, diremos que a pesquisa é o pilar universitário mais visível pela comunidade externa em função dos impactos sociais imediatos, ou a longo prazo, que gera na sociedade. Não é difícil encontrar notícias e reportagens veiculadas nos meios de comunicação, por exemplo, que tratam de práticas ou até mesmo descobertas – em geral associadas às ciências exatas ou biomédicas – realizadas pelas universidades públicas que afetam a população em grande escala.

⁴ No Direito Constitucional, o “poder constituinte originário” é o poder que elabora a Constituição. Ele é um poder ilimitado, incondicionado ou absoluto juridicamente.

⁵ Posteriormente, por meio da Emenda Constitucional nº 11 de 1996 os preceitos do artigo 207 foram estendidos às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Compete à extensão o papel de acolher a comunidade externa. É a extensão que atua na relação entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, interessa notar que o preceito estabelecido na Constituição Federal de 1988 vai ao encontro do que um ano antes, em 1987, estabeleceu-se no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Na ocasião, pactuou-se que

[...] a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Essa foi uma tomada de posição importante feita pelos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Vargens, Rodrigues e Faria (sd)⁶ apontam que em sua tessitura, o documento caminha para “a defesa da superação de concepção de Extensão Universitária como mero processo vertical de disseminação de conhecimentos acadêmicos e de prestação de assistência à comunidade”. Dessa forma, é uma tomada de posição que buscará enfatizar “a necessidade de diálogo entre os saberes acadêmicos aos saberes populares no processo de construção do conhecimento concretizado a partir da relação dialética de teoria/prática” (VARGENS, RODRIGUES & FARIA, sd). Assim, é um posicionamento que reverberará não apenas na Carta Magna brasileira, mas também em outros dois importantes documentos norteadores da educação brasileira: A Lei de Diretrizes Básicas (1996) e o Plano Nacional de Educação (2001; 2014). A todo momento os documentos oficiais apontam a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Mais do que um princípio, torna-se um projeto de nação para guiar as universidades.

⁶ Trata-se de um artigo no prelo que está em fase de edição pela Editora da UFF e que irá compor a Coletânea Rede de Educação para Engajamento Social: contribuições para o ensino de graduação.

Na década seguinte da primeira realização do FORPROEX e da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi publicada a lei 9.394 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 96. Em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 22 da Constituição brasileira, tal lei foi criada para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. É um documento de grande importância, pois é dele que se extrai o projeto de educação nacional que deve ser difundido pela União, pelos Estados e pelos Municípios em prol do desenvolvimento educacional e científico e da soberania do Brasil.

Será no capítulo 4 da LDB que se projetará a estrutura da educação superior brasileira. Isto posto, já no inciso VII do artigo 43, que abre o capítulo, indica-se que é pela educação superior que se deve “**promover a extensão, aberta à participação da população**, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, grifos nosso). Se na constituição brasileira estabeleceu-se que a extensão faz parte do pilar universitário, na LDB aponta-se não somente com quem ocorrerá o diálogo na extensão, mas também o que ela visa. Observa-se, ainda, que a todo momento o princípio da indissociabilidade, a relação entre ensino, pesquisa e extensão é apontada no capítulo 4 da LDB. Mais à frente, o artigo 52 aponta que “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996). Marca-se, mais uma vez, a concepção de universidade que deve ser desenvolvida e articulada à sociedade. Já é um vislumbamento, uma orientação, de que as ações realizadas pelas universidades precisam dialogar com a esfera social em que estão inseridas.

No início da década seguinte, em atendimento ao inciso I do artigo 9 e ao parágrafo 1º do artigo 87 da LDB, promulga-se a lei 10.172 de 2001 que vigorará por dez anos e, após o seu prazo, em 2014, uma nova lei, a 13.005, também é promulgada. Ambas são as leis que definem o Plano Nacional de Educação (PNE) que é o responsável por fixar “diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 1996). O PNE de 2001 é categórico ao afirmar o ensino, a pesquisa e a extensão como atividades típicas das universidades e que os três “constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País” (BRASIL, 2001). Não é

gratuitamente, então, que, ao definir as diretrizes do ensino superior brasileiro, observa-se, no Plano Nacional de Educação, que:

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas **universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão**. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia – como aliás está indicado na LDB (art. 86). No mundo contemporâneo, **as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão**, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, *qualidade e cooperação internacional*. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos. (BRASIL, 2001, grifo nosso)

Desse modo, o PNE determina que a universidade funcione como um núcleo estratégico para o desenvolvimento do país e na redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional (BRASIL, 2001). Mais uma vez, observa-se que se o desenvolvimento nacional é imputado à universidade, então suas funções nesse desenvolvimento se dão conforme atribuição dada pela Carta Magna: pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. Além disso, avança em determinado aspecto ao definir, em um documento constitucional, que compete às universidades reunir, por meio de seus pilares, formas para superar as desigualdades sociais e regionais bem como criar grupos de cooperação internacional. Destarte, o ensino, a pesquisa e a extensão devem atuar de forma de harmônica em prol do desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, enquanto objetivos e metas para o ensino superior brasileiro, o PNE estabelece entre as trinta e cinco metas, cinco que são ligadas à extensão. São as metas 6, 7, 21, 22 e 23. Delas, destacamos as metas 21 e 23:

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

(...)

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (BRASIL, 2001).

A meta 21 dialogará diretamente com a comunidade externa à instituição de ensino superior. Estabelece-se como meta a garantia de que as ofertas de cursos de extensão realizados pelas universidades públicas atendam a educação continuada daqueles que possuam ou não ensino superior. De certa forma, é um estabelecimento, ou melhor dizendo, é uma orientação de que as ações extensionistas se voltem para fora da universidade. Mais à frente, o próprio PNE encarregar-se-á de definir a quem (mas não somente) se destina a meta 21. Como será visto no próprio PNE, a meta 18 da educação de jovens e adultos preceitua que é preciso “incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos, tenham ou não formação de nível superior” (BRASIL, 2001). Já nas diretrizes da formação dos professores e valorização do magistério, admite-se que

[...] a formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário. (BRASIL, 2001).

Se a formação inicial dos profissionais da educação básica compete às instituições de ensino superior, então a formação continuada é de responsabilidade das “secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente” (BRASIL, 2001). Entretanto, mesmo não citando de forma direta, o próprio PNE aponta a necessidade de que as redes públicas de educação busquem “parceria com universidades e instituições de ensino superior” (BRASIL, 2001). Assim, toda a formação do profissional da educação, seja em etapa inicial ou continuada, perpassa a universidade. Nesse caso, apontamos uma questão que não é citada diretamente, mas é da ordem do implícito: a formação continuada do profissional da educação, para além dos programas de pós-graduação, ocorrerá no âmbito da extensão universitária, pois é ela encarregada de estabelecer as principais parcerias com as secretarias de educação em diversas regiões do país. Observemos que, mesmo estando a cargo da extensão a realização da formação continuada de professores, muitos projetos envolvem licenciandos e diferentes grupos de pesquisa na universidade, sinalizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Já para a meta 23 (que no PNE de 2014 será a meta 12.7 com um adendo de que a orientação ocorrerá “prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014), estabelece-se a necessidade de assegurar que 10% dos créditos exigidos para a integralização curricular da graduação ocorra por meio de programas e projetos de extensão. Retomaremos oportunamente essa meta na seção seguinte quando tecermos alguns comentários sobre a prática extensionista. Mas observamos, desde já, que se marca no PNE a necessidade do aluno de graduação dialogar com a sociedade. Todavia, lançamos uma provocação necessária: como assegurar que a formação do graduando perpassasse pelas em ações extensionistas?

Ao final da presente seção, não podemos deixar de retomar Mário Puhl, que muito bem nos ensina o fato de que

[...] a universidade, ao longo de sua existência, passou por diversas transformações, sejam elas quanto à sua organização, forma de funcionamento e estruturação, dinâmicas administrativas, seu financiamento e formas de produção e socialização de conhecimentos. No entanto, há um eixo, um núcleo central, que dá identidade a todas as universidades e que persiste ao longo do tempo: elas são um lugar do conhecimento. É o conhecimento a razão de sua existência. As universidades são o lócus de formação integral da pessoa a qual passa pela tridimensionalidade do fazer universitário, enunciada na legislação pátria. (PUHL, 2016, p. 226).

Separar, então, esses três eixos norteadores é quebrar não apenas os objetivos, mas também o sentido de ser da universidade, enquanto lugar de conhecimento. No pilar do ensino, temos a co-construção do saber científico que é produzido e aplicado a partir da pesquisa. Na pesquisa, temos o desenvolvimento de novos conceitos que reverberam na *práxis* docente. À extensão, cabe “a aplicação direta do conhecimento obtido nas fases do ensino e pesquisa especialmente, mas não exclusivo, em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH)”⁷. Ou seja, é por meio do pilar da extensão que a universidade, em sua missão, presta contas à sociedade daquilo que é produzido. Diremos mais: é a extensão que possibilita a formação do cidadão enquanto profissional comprometido com as questões sociais que o cerca. Mas é, sobretudo, por meio da extensão que a universidade tem a possibilidade de mapear

⁷ Disponível em <http://www.uff.br/?q=br/projetos-de-ensino-pesquisa-e-extensao-0>

as principais demandas sociais e enriquecer as suas pesquisas com os saberes oriundos de outras esferas, instituições e sujeitos que extrapolam o contexto universitário.

3. OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Na seção anterior, realizamos um panorama, com foco na extensão, do que é a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Aqui, iremos tecer considerações que, conforme antecipamos, são frutos de nossa prática extensionista em um programa de extensão cujas ações são voltadas, de forma majoritária, à formação continuada dos profissionais da educação, abarcando licenciandos e alunos da educação básica.

No contexto da formação de professores, defendemos a ideia de que as ações de extensão colaboram fortemente para uma aproximação mais efetiva dos saberes acadêmicos aos saberes que circulam nos espaços escolares e, sobretudo, às demandas específicas desses espaços. Por conseguinte, são fundamentais não apenas para a formação continuada, mas, particularmente, indispensáveis para uma formação inicial de futuros professores mais vinculada aos saberes do ofício do professor e, por essa razão, com mais possibilidades de antecipar, durante a formação dos licenciandos, pelo menos uma parte substancial dos saberes inerentes a esse trabalho, assim como iluminar os principais desafios a serem enfrentados no contexto da escola pelos futuros profissionais.

3.1 A extensão como braço social da universidade

Nossa tomada de posição é que a extensão funciona como um braço social da universidade. Ou seja, ela visa a alcançar aqueles que, motivos diversos, não fazem parte da comunidade acadêmica. Nesse sentido, é importante recuperar a carta do I Encontro Nacional do FORPROEX (1987) que ressalta o fato de que

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade (FORPROEX, 1987).

Evidencia-se, pois, que a extensão passa a figurar como prática institucionalizada e as ações de extensão que são desenvolvidas pela(s) universidade(s) pública(s) por meio de programas, projetos prestação de serviços, dentre outros, precisam (e necessitam) estar em constante diálogo com os interesses da população que a cerca. Não obstante, vemos a necessidade de ocorrer um “direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social” (FORPROEX, 1987).

É por isso que, pela extensão, conforme apontamos anteriormente, podemos (re)pensar o modelo de universidade que queremos, seja pelas questões pedagógicas e curriculares, seja pelas questões de realização e de acesso ao que se é produzido. E é ela quem possibilita “levar à comunidade os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos produzidos pela pesquisa e normalmente divulgados com o ensino” (NUNES & SILVA, 2011, p. 124). A extensão é a forma como a universidade se relaciona com a sociedade. É por isso que se estabeleceu durante o FORPROEX de 1987 que as atividades de extensão devem propiciar “a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social”. Sensibilização essa que significa a universidade estar voltada para demandas que surgem da sociedade, instalando, pois, um pleno diálogo com ela (a sociedade) e visando o desenvolvimento regional e a construção do conhecimento nacional. Assim, ocorre uma relação de mão-dupla, isso é: da universidade para a sociedade e da sociedade para a universidade.

Nesse sentido, não custa ressaltar que a defesa da extensão enquanto braço social da universidade significa não se tratar de

[...] estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. (FORPROEX, 2012, p. 30).

Assim, permite-se que a extensão, enquanto via de mão-dupla, passe a colocar em protagonismo não somente aqueles que a executam, mas também aqueles que dela participam. Não obstante, o que temos percebido de nossas práticas no PROALE é que a extensão universitária se concretiza, de fato, como amplo espaço de aprendizados e de trocas. Ao fim de toda ação de extensão realizamos uma avaliação para aferir o índice de satisfação dos cursistas

com relação às ações oferecidas⁸. Entretanto, mais do que números, o que temos visto são relatos que comprovam a efetividade e importância das ações e, em alguns casos, até afetividades que provocam em seus cursistas.

Apresentamos, na tabela à continuação, oito comentários de nossos cursistas⁹ registradas nas referidas avaliações realizadas ao término das ações:

1	Pertinentes e próximos dos dilemas que vivenciamos. Excelente para abordagem nas escolas e nos mais diferentes espaços
2	O curso foi muito proveitoso, uma vez que nos foi apresentado filmes pouco divulgados, porém com uma ótima temática para discussões. Sugiro mais cursos desse tipo, pois ficarei feliz em participar novamente.
3	Quando soube do curso já fiquei muito interessada, vivendo a experiência, foi muito mais além do que imaginei. Poder continuar essa proposta e me apropriar de outros gêneros será muito importante para o meu fazer pedagógico e meus estudos.
4	Penso que extensão sobre escrita acadêmica é uma grande ideia e extremamente útil. Todos os colegas com quem comentei o que estava fazendo achavam super legal, gostariam de fazer também, me pediram se tinha material/apostila, estou quase virando multiplicador (kkkk). Espero que continue e se possível que vire disciplina acadêmica para que mais pessoas possam ter acesso
5	Os temas abordados nas oficinas são totalmente importantes para a formação acadêmica de qualquer aluno, de qualquer curso. Acho que deveria ocorrer todos os anos.
6	Este curso me impulsionou a continuar no percurso da pesquisa, fazendo/praticando ciência. Junto às crianças com o cuidado às suas demandas e conhecimentos, bem como os conceitos científicos.
7	Sugiro que o PROALE continue promovendo esses cursos de extensão que muito contribuem para a formação de leitores e difusores da literatura nos espaços culturais de nossa cidade.
8	O curso foi permeado por afetos. Em cada palestra uma esperança. Em cada slide, um sonho apresentado. Já sinto saudades dessas segundas-feiras: calmas, acolhedoras e repletas de vida. O curso poderia ter durado mais, pois foi maravilhoso. Meu sincero afeto.

⁸ Como realizamos diversas ações de extensão no decorrer do ano, as fichas de avaliações podem ter pequenas variações uma das outras em função da especificidade de cada ação. Entretanto, de forma geral, buscamos avaliar as seguintes questões: a) estrutura da sala em que ocorreram as aulas, b) a carga horária do curso, c) o tema das aulas ministradas, d) o conteúdo das aulas, e) a relevância da ação realizada no percurso profissional e pessoal do cursista e f) a participação do cursista nas diferentes aulas. Além disso, deixamos em aberto um campo para que o cursista possa fazer outras considerações que ele entenda necessária. É desse campo que extraímos os oito comentários abaixo.

⁹ Mantivemos a escrita conforme registrada em ficha de avaliação, sem alterá-las.

Todos os excertos acima foram extraídos de pesquisas de reação de nossas ações realizadas entre 2017 e 2018. O que podemos aferir é que as ações realizadas conseguem dialogar com os sujeitos de dentro e fora da universidade, indo ao encontro das questões pedagógicas e sociais que emergem do dia a dia da práxis profissional. Dessa forma, as ações extensionistas, pelo seu caráter dialógico, “oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária” (FORPROEX, 2012, p. 30).

3.2 A extensão universitária como um caminho de mão dupla na formação de professores¹⁰

Já expomos que diversos documentos norteadores, dentre eles o PNE de 2001 (meta 23) e o de 2014 (meta 12.7), incubem as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação inicial dos profissionais que atuam na rede básica de ensino, o dever de garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica uma vez que é nelas que ocorre uma articulação entre ensino-pesquisa-extensão e teoria-prática. Recuperamos Salomão (2018)¹¹, que muito bem aponta o fato de que um professor precisa

[...] conhecer a sua prática, familiarizar-se com o ambiente em que vai trabalhar, que é majoritariamente o ambiente da escola pública, ele tem que refletir sobre a sociedade, sobre o contexto que será o contexto de seu trabalho. Tudo isso é absolutamente inestimável e tem que estar presente na condição curricular. (SALOMÃO, 2018, p. 25-26)

Nesse sentido, podemos dizer que a extensão universitária é o *locus* que se permite ser um caminho de mão dupla na formação de professores. É um caminho de mão dupla, pois apresenta potencial para ser “atividade produtora de conhecimento teórico e prático indispensável à formação profissional” (VARGENS, RODRIGUES & FARIA, sd). Tal fato expressa o sentido de que a prática extensionista estimule, por meio da troca de experiência realizada com profissionais da rede básica, não só que a universidade (re)pense o conhecimento

¹⁰ O título dessa subseção recupera alguns pontos expostos em nosso artigo “Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (1991- 2017): tecendo memória sobre a formação de educadores linguísticos e literários” que está no prelo para publicação pela EDUFF.

¹¹ Nesse comentário, Margarida Salomão refere-se aos profissionais da linguagem. Entretanto, entendemos que essa condição não é exclusiva dos que atuam nessa área, pelo contrário, é extensiva a todos os profissionais da educação básica.

que circula no âmbito da formação de inicial e continuada de professores, mas também coloque o profissional em formação inicial em contato com saberes que emergem da escola pública.

Outrossim, a extensão universitária se apresenta como um espaço de proposição de diversas estratégias derivadas de pesquisas, ao mesmo tempo em que se permite colocar questões novas a partir do diálogo mais amplo com o seu entorno.

Concordamos com Paulo Freire de que há uma “impossibilidade de vir a torna-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetir cadenciado de frases e de ideias inerte do que um desafiador” (FREIRE, 2014, p.28-29). Nesse sentido, a extensão atua não apenas para quebrar essa mecanização pedagógica, mas também (ao lado dos outros dois pilares) para formar profissionais críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais. A pergunta que se faz é: como a extensão pode atuar frutiferamente na formação de profissionais da educação?

O que temos percebido de nossas práticas extensionistas é que cada ação realizada perpassa, de alguma forma, pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Em nosso caso, por congregar diferentes professores em um espaço de extensão, permite-se que diferentes perspectivas de ensino e de linhas de pesquisa coexistam e se relacionem (e porque não se afetem?) na formação do futuro profissional da educação.

Dessa forma, quando uma ação de extensão é organizada, ela é afetada, primeiramente, pelo professor/pesquisador que a faz. Isso significa dizer que qualquer ação que é desenvolvida só existe em função de um amplo percurso de pesquisa para montá-la. Não é gratuitamente que Dermeval Saviani afirma que “ninguém chega a ser pesquisador, a ser cientista, se ele não domina os conhecimentos já existentes na área em que ele propõe a ser investigador, a ser cientista” (SAVIANI, 1984, p. 51). Assim, a partir do encontro entre o percurso de pesquisa realizado pelos professores e licenciandos extensionistas com saberes e demandas trazidos pelos professores da educação básica nascem as propostas de ação no PROALE.

O que é interessante apontar é que na trajetória do Programa, desde a etapa embrionária das ações de extensão, já existe uma primeira troca de experiência entre os sujeitos envolvidos:

professores, estudantes universitários, professores da educação básica e representantes das Secretarias de Educação.

Do ponto de vista do estudante universitário atuante no PROALE, a participação em todas as etapas das ações de extensão, trata-se de uma troca positiva uma vez que, nas palavras de Paulo Freire, “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2014, p. 25). Uma vez pronto o planejamento da ação¹², ocorre uma segunda troca que é o contato direto com o público externo inscrito nos cursos, nas palestras, nos eventos etc. Seja esse público da própria instituição ou de instituições externas, é uma via de mão-dupla o que ocorre nos encontros de extensão. Afinal, se acreditamos que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa” (FREIRE, 2014, p. 25), então é certo que de uma sala plural há de se obter experiências significativas seja para todos os extensionistas, seja para os estudantes universitários, seja para os professores que dela participam.

Essa troca de experiências impele o PROALE a estar em constante atualização. Por isso, sendo um programa que nasceu preocupado especificamente com questões ligadas à alfabetização e leitura literária em língua portuguesa relacionadas à formação continuada de professores, hoje o investe em ações voltadas para educação linguística, inclusive, em línguas adicionais. As demandas definidas a partir de uma trajetória de ações anteriores impulsionaram o programa também a buscar o aprofundamento da relação entre leitura, tecnologia e múltiplas línguas e linguagens, em consonância com as mudanças vivências hoje em nossa sociedade. Dessa forma, a ampliação do campo de atuação do PROALE também visa ao aumento da participação dos estudantes nas ações extensionistas, considerando a importância da creditação curricular viabilizadas pelo estágio nas referidas atividades. Importa retomar Cecília Goulart e Margareth Mattos que nos lembram muito bem o fato de que

Ao longo dos últimos anos, o Programa vem adquirindo importância na vertente de ensino tanto de graduação quanto de pós-graduação (em Educação e Letras, principalmente), uma vez que seu acervo é utilizado nessas duas instâncias de formação. Tanto professores do Curso de Pedagogia quanto do Curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil fazem uso do acervo do PROALE em seu

¹² Diríamos, talvez de forma radical, que uma boa ação nunca é pronta em sua totalidade. Há um esboço (ou um esqueleto) do que se pretende com ela. Mas sabemos que a práxis pedagógica exige sempre reflexões contínuas, assim, cada aula de cada ação (ainda que aplicada por diversas vezes ao longo dos anos) é única e sempre leva o profissional e o estudante a repensarem suas práxis pedagógica e de pesquisa.

trabalho acadêmico. Essa prática docente gera demandas de leitura que, eventualmente, se tornam uma iniciativa dos estudantes, que passam a procurar o Programa movidos pelo desejo de ler, seja pelo prazer ou pela necessidade de fazê-lo. Há ainda aqueles que como professores vão em busca de materiais de leitura para seus próprios alunos. É o caso de estudantes de Pedagogia e Letras que já atuam no magistério e se investem do papel de mediadores da leitura literária. (GOULART & MATTOS, 2011, p. 4)

Do ponto de vista dos estudantes que atuam na organização das atividades extensionistas do PROALE, o que temos percebido e compreendido, seja por relatórios, seja pela troca diária é que as

[...] atividades realizadas no Proale (como a ampliação das discussões teóricas sobre o tema da leitura, a experiência na sala de aula como professores mediadores da leitura e, sobretudo, pela própria experiência como leitores) são indispensáveis para que os licenciados construam seus próprios significados sobre o ato de ler e sobre o ato de formar leitores. (VARGENS, RODRIGUES & FARIA, sd)

Nesse sentido é importante recordar Zilberman (1999) que, de forma contundente, afirma: “se o professor não é leitor, ele não vai formar leitores”. E essa prática de leitura, novamente, deve ser estendida a todos os profissionais da educação básica. É por isso que nossas ações, apesar de orientadas a um público, massivamente, dos cursos de Pedagogia e de Letras, abarcam também alunos oriundos de outros cursos, como História, Ciências/Biologia, etc.

4 A EXTENSÃO PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

De tudo o que foi dito até aqui, queremos realizar uma consideração importante sobre a extensão universitária. Para que ocorra um diálogo entre a universidade e a sociedade, é preciso que a extensão vá além dos muros da universidade. É preciso que ela ocupe espaços internos, em torno e além da universidade. Nesse sentido, tem sido prática importante o fato de que há diversos programas e projetos de extensão universitária realizados nas ruas, nas praças e nas escolas de educação básica cujo objetivo é expandir o alcance daquilo que é ensinado e pesquisado pelas universidades à sociedade. É uma ótima oportunidade de capilarizar o conhecimento em diferentes lugares, com diferentes públicos-alvos.

Reafirmamos que a extensão figura como necessária para a existência da universidade. Não de forma isolada, é claro, mas coexistindo e integrando-se ao ensino e à pesquisa. Nesse sentido, é importante frisar o fato de que a universidade se mantém, apesar das políticas de

restrição orçamentária em curso, como lugar de construção do conhecimento científico-tecnológico e para o desenvolvimento humano e social. E a universidade pública mantém-se na vanguarda da realização de pesquisas e lugar de formação de inúmeros profissionais altamente qualificados em nossa sociedade.

A extensão destaca-se como necessária para a reexistência da universidade, pois é ela quem estabelece “uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas” (FORPROEX, 2007, p. 18). Ela atua na formação científica, técnica e cidadã do profissional e se torna um espaço importante para a universidade atuar no entendimento (e por vezes até o atendimento) das demandas da população em sua volta e assim, atuar na superação das desigualdades sociais. Concordamos então com Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004) que defendem o fato de que “a extensão, portanto, pode ser considerada indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais”. Nesse sentido, nossa prática extensionista nos mostra como é importante essa ida além das fronteiras físicas da universidade.

Em 2018, por exemplo, o PROALE realizou mais de dez ações de extensão, entre cursos e oficinas, para licenciados, estudantes da educação básica e, especialmente, para professores das redes de ensino de Niterói, do Rio de Janeiro e de Itaboraí. Todavia, isso só foi possível, em função de parcerias firmadas entre o programa e Secretarias Municipais de Educação ou entre o programa e escolas da rede básica.

Assim, podemos exemplificar uma de nossas principais parcerias que é a Secretaria de Educação do município de Itaboraí que, desde 2011, conta com a realização de formação continuada para professores integrantes do Projeto Sala de Leitura realizada pelo PROALE, seja por ciclo de oficinas, seja por minicursos, dentre outras modalidades de ações. Outro exemplo também é a Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro que ano passado contou com uma formação continuada para professores de língua espanhola oferecida pelo PROALE e seus extensionistas parceiros. Além disso, não podemos deixar de citar ações na Unidade de Educação Infantil da UFF, no Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI) da

UFF e no Colégio Estadual David Capistrano cujo público-alvo constitui-se na totalidade por estudantes da educação básica em diferentes níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Nesse sentido, é possível apontar que as ações desenvolvidas pelo PROALE vão ao encontro do que preceitua o PNE de 2001: a formação continuada dos profissionais da educação básica e de jovens e adultos ocorrem na universidade e pela extensão.

5. PALAVRAS, PROVISORIAMENTE, FINAIS: IMPACTOS DA EXTENSÃO

Gostaríamos de lançar uma última pergunta para trazermos à baila nossas considerações finais. Há, na sociedade, uma grande discussão acerca de um gasto muito grande das universidades públicas no ensino dos alunos para um retorno ínfimo. Perguntamos então: é correto, ou pelo menos, é justo tal crítica direcionada às universidades? Viemos paulatinamente apontando algumas tomadas de posição frente à questão no corpo de nosso texto e assim, indicando um caminho de resposta em nosso percurso de escrita. Tal pergunta recupera uma discussão muito importante, principalmente no momento político vivenciado, sobre o custo da universidade e conseqüentemente, se esse custo se justificaria para manutenção das mesmas. Não se trata, porém, de uma discussão recente. Pelo contrário, o próprio PNE, em 2001, já nos apresenta esse debate ao dizer que

Há uma grande controvérsia acerca do gasto por aluno no nível superior, que reflete uma acirrada disputa de concepções. Há uma variação de 5 a 11 mil reais como gasto anual por aluno, dependendo da metodologia adotada e da visão do analista. Parte dos estudos acerca do tema divide simplesmente todo o orçamento da universidade pelo número de alunos. Desta forma são embutidos no custo da graduação os consideráveis gastos com pesquisa – o que não se admite, por exemplo, na França. Muitos estudiosos brasileiros também contestam esta posição, uma vez que não se pode confundir a função-"ensino" com as funções "pesquisa" e "extensão". Alguns autores desconsideram ainda os elevados gastos com os hospitais universitários e as aposentadorias. (BRASIL, 2001)

Seja em valores da época, seja em valores atualizados, é um debate sempre atual e importa trazê-lo para nossa conclusão, uma vez que é preciso demarcar que a universidade não existe apenas pelo o ensino. Diríamos mais: ela não existe para atender demandas mercadológicas. Como ficou claro em nosso texto, ela existe pelo ensino, pela pesquisa e pela

extensão. Existe para promover o desenvolvimento cidadão e social. Existe para cumprir políticas de estado e não de governos.

Assim, de alguma forma, o orçamento da universidade é destinado não só para o custeio do aluno, graduando ou pós-graduando, que lá está, mas também alcança uma parcela da sociedade que frequenta as ações extensionistas ou é afetada pela produção científica feita nas pesquisas. Além disso, há certas despesas na universidade que entrelaçam o ensino, a pesquisa e a extensão, como por exemplo, despesas com transporte, despesas com material gráfico. Não são, então, gastos com fim em si mesmo, pelo contrário, são necessários para que a prática extensionista aconteça, para que a prática da pesquisa se dê com eficazmente e para que o ensino ocorra cada vez mais com qualidade.

Por conseguinte, podemos dizer que essa crítica à universidade não é justa na medida em que se desconsidera a importância social e econômica pode ter para a região em que se situa. Desconsidera-se, também, que ensino-pesquisa-extensão estão em relação indissociável, sendo impossível separar um do outro, pois estão profundamente interligados.

A trajetória do PROALE nos aporta uma avaliação positiva dos impactos da extensão universitária no âmbito da formação de professores, ultrapassando o local que a universidade está instalada e atendendo a municípios vizinho da sua sede na cidade de Niterói. São positivos, pois permitem que, por meio das ações de extensão, sejam promovidas ações que contribuem diretamente na formação, inicial e continuada, dos profissionais de educação. Essas atividades reúnem regularmente durante todo o ano professores universitários, estudantes e professores atuantes nas redes de ensino, possibilitando uma profícua construção de saberes a partir da troca entre esses sujeitos.

Impõe-se como desafio para a universidade assegurar que a formação dos graduandos e licenciandos perpassa pelas ações extensionistas. A crescente escassez de bolsas institui-se como um verdadeiro obstáculo para que isso aconteça. Nos últimos anos, entretanto, o PROALE tem recebido estagiários vinculados a diferentes programas na universidade, em

especial, os bolsistas do Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico da UFF¹³, que escolhem o PROALE porque o concebem como local de estágio frutífero para a sua formação profissional. Além da oferta de bolsas aos estudantes, é fundamental os programas e projetos de extensão se dediquem a constante angariação de novos participantes. Para tanto, deve-se estreitar cada vez mais o vínculo entre as ações de extensão e as disciplinas oferecidas e a validação da carga horária de participação dos estudantes.

Pelo exposto, é urgente que as ações de extensão se espriem cada vez mais pela comunidade em torno e além da universidade, alcançando cada vez mais uma parcela significativa e diversificada da sociedade e mostrando o que as universidades públicas fazem de melhor: ensino, pesquisa e extensão gratuitas e de qualidade. É preciso explicitar que a universidade existe na e pela sociedade e que aquilo que nela é estudado, pesquisado, produzido, é realizado com objetivo de contribuir para o desenvolvimento nacional. É realizado para aplicação prática na sociedade e para a melhora da vida humana. Assim, acreditamos que não há melhor lugar para isso ocorrer que não no âmbito da extensão universitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 08/07/2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 08/07/2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9/1/2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 08/07/2019.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 08/07/2019.

¹³ Sobre esse programa, cumpre dizer que ele “tem por objetivo integrar ações de apoio socioeconômico ao acadêmico, a fim de contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garantir a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior” (Disponível em <http://www.uff.br/?q=programa-de-desenvolvimento-academico-no-grupo-assistencia-estudantil-programa-de-desenvolvimento>. Acesso em 09/09/2019).

FORPROEX. **Carta do I Encontro Nacional FORPROEX 1987** - Brasília/DF, 1987.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>. Acesso em 10/11/2017.

FORPROEX. **Extensão Universitária** : organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária /elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** : saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro : Paz & Terra, 2014.

GOULART, Cecília M. A.; MATTOS, Margareth Silva. Programa de Alfabetização e Leitura : Há 20 anos formando professores e socializando a leitura literária. **Revista Sede de Ler**. ISSN 2179-5258. n2, 2011.

PUHL, Mário José. O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista HISTEDBR On-Line**, 16(69), 222-232. 2017
<https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8645281>

SALOMÃO, Margida. Entrevista à Del Carmen e Vanise Medeiros. Caderno de Letras. ISSN 2447-4207, v. 28, n. 57, 2018. <http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2018n57a631>

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

SCHEIDEMANTEL, Sheila Elisa.; KLEIN, Ralf.; TEXEIRA, Lúcia Inês. **Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em: 13/07/2019.

SILVA, Pollyana Pedreira. A Efetivação do Princípio da Indissociabilidade: Um Desafio para a Educação Superior. **Revista Ciência e Desenvolvimento**. ISSN 1984-4271, v1. n1, 2008.

VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; FARIA, Michel Marques de. Programa de Extensão Alfabetização e Leitura (1991- 2017): tecendo memória sobre a formação de educadores linguísticos e literários. In: FILHO, Jose Rodrigues de Farias, et al. **Coletânea Rede de Educação para Engajamento Social** : contribuições para o ensino de graduação. Niterói: EDUFF. No prelo.

Submetido em: 30/07/2019

Aprovado em: 14/09/2019